



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 6693

**Presidente da Mesa Diretora:** Sebastião Ildeu Maia

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Normas, obrigações, proibições e regulamentos

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 22/05/2007

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 153/2007. Dispõe sobre a regulamentação do serviço comercial e particular de Transporte Individual de Passageiros, nas modalidades motocicleta, motoneta, triciclo ou quadriciclo, no âmbito do município de Montes Claros. (Referente à Lei nº 3.763, de 22/06/2007).

**Controle Interno – Caixa:** 17.1    **Posição:** 10    **Número de folhas:** 08

---

Especie: PL  
Categoria: Normas  
CX: 17.1  
Ordem: 10  
nº fls. 06



77/2007  
19.06.2007

## Câmara Municipal de Montes Claros

Lei nº 3.763 de 22/06/2007

PROJETO DE LEI Nº **153** /2007

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

**Dispõe sobre a Regulamentação do Serviço Comercial e Particular de Transporte Individual de Passageiros, no Âmbito do Município de Montes Claros.**

### MOVIMENTO

Entrada em – 22/05/2007

1 - Comissão Legislação e Justiça

2 - *APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA*

3 - *em 19.06.2007*

4 -

5 -

6 -

7 -

8 -

9 -

10 -



*as funções  
de  
Montes Claros*

**PROJETO DE LEI Nº 153 / 2.007.**

**Dispõe sobre a regulamentação do serviço comercial e particular de transporte individual de passageiros, no âmbito do Município de Montes Claros.**

O povo do Município de Montes Claros – MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica autorizado ao Poder Executivo regulamentar o serviço comercial e particular de transporte individual de passageiros, no âmbito do Município de Montes Claros, com a concessão de alvará autorizativo.

**Parágrafo único** - Em qualquer caso, não poderá a regulamentação contrariar os dispositivos previstos na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, bem como suas alterações.

**Art. 2º** - O serviço será prestado exclusivamente através de veículos:

**I** – quanto à tração: automotores.

**II** – quanto à espécie: de passageiros, nas modalidades motocicleta, motoneta, triciclo ou quadriciclo.

**III** – quanto à categoria: aluguel.

**Parágrafo único** - Em qualquer caso, devem os veículos serem previamente cadastrados no órgão fiscalizador.

**Art. 3º** - O serviço ora autorizado será prestado exclusivamente por pessoas físicas, que demonstrem capacidade para seu desempenho, por conta e risco.

**Art. 4º** - Em caso de descumprimento dos dispositivos previstos na regulamentação, fica autorizado ao Poder Público Municipal, de acordo com a infração cometida a:

**I** – efetuar advertência;

**II** – cobrança de multa entre R\$50,00 (cinquenta reais) a R\$500,00 (quinhentos reais);

**III** – suspensão da autorização pelo período de 6 (seis) meses a 36 (trinta e seis) meses;

**IV** – cumulativamente, a cobrança de multa e suspensão da autorização.

**§1º** - Até que se dê o cumprimento da penalidade, fica o prestador de serviço de transporte individual de passageiros proibido de exercer a atividade, no âmbito do Município de Montes Claros.





§ 2º - Em todos os casos, fica assegurado, aos prestadores do serviço comercial e particular de transporte individual de passageiros, o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos procedimentos administrativos utilizados para apuração de descumprimento do regulamento.

§3º - Em situações excepcionais e previstas no regulamento, fica autorizada a retenção prévia do veículo utilizado na prestação de serviços.

**Art. 5º** - O Poder de Polícia Administrativo para fiscalização da prestação do serviço comercial e particular de transporte individual de passageiros ficará a cargo da Empresa Municipal de Transportes e Trânsito de Montes Claros – TRANSMONTES, ou por delegação.

**Art. 6º** - Esta Lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Município de Montes Claros, 08 de maio de 2.007, **300º** aniversário de sua fundação e **150º** aniversário de sua emancipação política.

  
Athos Avelino Pereira  
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 22 DE MAIO DE 2007  
  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM DISCUSSÃO POR  
REGIME DE URGÊNCIA  
EM 19 DE JUNHO DE 2007  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE





**Câmara Municipal de Montes Claros - MG**  
**SALA DAS COMISSÕES**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 153/2007**

**AUTOR: Executivo Municipal**

**MATÉRIA: Dispõe sobre a Regulamentação do Serviço Comercial e Particular de Transporte Individual de Passageiros, no Âmbito do Município de Montes Claros.**

**I- RELATÓRIO**

O referido Projeto de Lei de autoria do Executivo Municipal, "Dispõe sobre a Regulamentação do Serviço Comercial e Particular de Transporte Individual de Passageiros, no Âmbito do Município de Montes Claros".

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 22/05/2007, com entrada na Sala das Comissões no dia 13/06/2007.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

A proposição, em exame, tem como objetivo regulamentar o serviço comercial e particular de transporte individual de passageiros, no âmbito do Município de Montes Claros".

Observa-se que o legislador dispôs, de forma expressa, no art.1º parágrafo único do projeto de lei, que a regulamentação de tais serviços não poderá contrariar normas previstas na Lei Federal nº 9.503/1997 – Código de Trânsito Brasileiro, já que a competência de legislar sobre trânsito e transporte é da União.

Não obstante, tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem ao Município legislar sobre assuntos de interesse local, bem como, suplementar a legislação federal e estadual, no que couber.

Sendo assim, esta Comissão entende que a presente proposição não fere normas legais e ou constitucionais.

**III – CONCLUSÃO**

Ante ao exposto, esta Comissão, conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende à forma técnica de Redação.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2007.

Ver. Sebastião Ildeu Maia – Presidente: \_\_\_\_\_

Ver. Ademar de Barros Bicalho – Vice-Presidente: \_\_\_\_\_

Ver. Eurípedes Xavier Souto – Relator: \_\_\_\_\_



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 153/2007 QUE “Dispõe sobre a regulamentação do Serviço Comercial e Particular de Transporte Individual de Passageiros, no Âmbito do Município de Montes Claros”, de autoria do Executivo Municipal.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.


Não se vislumbra no projeto em questão qualquer vício de iniciativa, tendo em vista que a Constituição Federal permite ao Município legislar em assuntos de interesse municipal, sendo certo que é vedado ao Município legislar acerca de assuntos de trânsito, sendo tal competência de iniciativa exclusiva da União, porém, o próprio projeto de Lei traz em seu corpo a ressalva que a regulamentação a ser feita, não poderá contrariar a Lei 9.503/97, qual seja o Código de Trânsito Brasileiro e suas alterações.

O mesmo se diga em relação ao seu objetivo, ou seja, não se vê nenhuma ilegalidade.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é legal e constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 13 de junho de 2007.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/ MG 78.605



**Município de Montes Claros – MG**  
Procuradoria Jurídica



**Montes Claros, 07 de maio de 2.007.**

**Ofício nº: PJ/ 040/2.007**  
**Assunto: Projeto de Lei**  
**Serviços: Procuradoria Jurídica**

Senhor Presidente;

Temos a honra de encaminhar a V. Exa. o incluso Projeto de Lei com o qual pretendemos regulamentar o serviço comercial e particular de transporte individual de passageiros, no âmbito do Município de Montes Claros.

Na certeza de que o presente Projeto de Lei é relevante, tendo em vista a urgência em regulamentar a matéria, e a necessidade da realização de procedimento administrativo adequado, para sua viabilidade, acreditamos que V. Exa e os seus pares certamente o aprovarão na íntegra.

Neste ensejo, renovamos ao nobre Presidente e aos demais ilustres vereadores nossos protestos de estima e distinta consideração.

Cordialmente,

  
Athos Avelino Pereira  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr. Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso  
DD. Presidente da Câmara Municipal  
Nesta





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Montes Claros, 19 de junho de 2.007.

**Ofício : ATL Nº 183 / 2007**  
**Assunto : Encaminha Projetos para Sanção**  
**Serviço : Câmara Municipal**

Senhor Prefeito,

Com os nossos cordiais cumprimentos, e de conformidade com o que preceitua o Inciso X, Art. 37 da Constituição Federal e o Art. 54, da Lei Orgânica do Município de Montes Claros, estamos encaminhando a V.Ex<sup>a</sup>. para sanção e publicação, as seguintes Proposições: **PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO SERVIÇO COMERCIAL E PARTICULAR DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS e o PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Valho-me da oportunidade para renovar a V.Ex<sup>a</sup>. votos de estima e apreço.

  
**Vereador – Coriolando da S. Ribeiro Afonso**  
**Presidente da Câmara**

**Excelentíssimo Senhor**  
**Dr. Athos Avelino Pereira**  
**Prefeito Municipal**  
**MONTES CLAROS - MG**

G574/10